

Título do GT:

**MATERNIDADES, ECONOMIA DO CUIDADO E COLONIALIDADE DE GÊNERO:
ENCONTROS POSSÍVEIS ENTRE A UNIVERSIDADE E O SISTEMA DE JUSTIÇA**

Eixo temático: Políticas de Cuidado

Resumo

O Grupo de Trabalho “Maternidades, Economia do cuidado e colonialidade de gênero: encontros possíveis entre a Universidade e o Sistema de Justiça” propõe reunir pesquisadoras, profissionais, estudantes, ativistas e coletivos que questionam o lugar das maternidades e do cuidado, a partir de práticas de resistência e produção de conhecimento pautados em um enfrentamento de lógicas coloniais estruturantes das instituições contemporâneas — especialmente o sistema de justiça e a universidade. A proposta parte da compreensão de que as instituições modernas moldaram-se por uma lógica colonial de dominação de relações e recursos, “cria um padrão mundial de poder, que o peruano Aníbal Quijano chamou de colonialidade do poder” (Curiel, *in* Hollanda, 2020, p. 127). A categoria do capitalismo como uma base de entendimento da colonialidade do poder é reafirmada por María Lugones (2008), porém a autora destaca a amplitude estrutural no trabalho de Quijano, no que concerne à análise da intersecção de raça e gênero, apontando para a necessidade de estudos mais específicos sobre a construção do conceito de gênero. María Lugones (2008) expõe um problema teórico fruto de uma falta de rompimento com o eixo da colonialidade do poder na própria construção da categoria gênero. Buscamos fomentar debates sobre essa colonização das instituições refletida nas práticas jurídicas e acadêmicas, as quais naturalizam desigualdades e desvalorizam o cuidado, sobretudo o exercido por mulheres racializadas e pobres, como trabalho socialmente necessário. Inspirado em perspectivas feministas, interseccionais e decoloniais, o grupo de trabalho busca tensionar essas fronteiras, reconhecendo o cuidado como dimensão ética, política e epistemológica — uma forma de ação coletiva que desafia a lógica punitiva, “neutra” e produtivista que orienta as instituições. Serão acolhidos trabalhos que compartilhem experiências de pesquisa, institucionais, públicas e comunitárias vinculadas ao cuidado — em especial o cuidado não remunerado exercido por mães e cuidadoras em contextos de vulnerabilidade, atravessadas pelo sistema de justiça, ou nas redes universitárias de apoio e extensão. “Assim como existe o ‘segundo sexo’, existe uma ‘segunda economia’. O trabalho tradicionalmente executado por homens é o que conta. Ele define a visão de mundo econômica. O trabalho da mulher é ‘o outro’. É tudo o que ele não faz, mas de que depende

para fazer o que faz.” (Marçal, 2017, p. 26). Também serão bem-vindas discussões sobre políticas públicas e práticas jurídicas que reconhecem o cuidado como trabalho e direito, como as experiências de Defensorias Públicas, Ministério Público, Tribunais de Justiça, projetos de extensão e projetos acadêmicos comprometidos com a redistribuição de responsabilidades entre Estado, sociedade e famílias. Ao aproximar o campo da justiça e o campo universitário, o GT pretende fortalecer redes interdisciplinares e interinstitucionais comprometidas com a construção de novas formas de reconhecimento, compartilhamento e valorização do cuidado como trabalho essencial à vida. “Não haverá brecha entre a teoria feminista e a prática feminista.”. (hooks, 2019, p. 104). Alinhado a autoras como Hirata (2016), Diniz (2016), hooks (2019), Périvier (2023), Marçal (2017), Gil (2023), Walsh (2008) e Haraway (1995), entende o cuidado como força transformadora e epistemologia insurgente que emerge das margens — das prisões, das periferias, das universidades, das casas e das redes de solidariedade — e desafia as lógicas neoliberais e coloniais que sustentam a exclusão. Assim, o GT convida à reflexão sobre como o cuidado pode se tornar fundamento de uma outra justiça e de uma outra universidade — feministas, plurais e comprometidas com a redistribuição da vida e do comum — reafirmando o cuidado como prática social, política e econômica indispensável à reprodução da vida.

Coordenação proposta:

- **Brunna Rabelo Santiago** – Mãe. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Doutora em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); Email: brsantiago@uepg.br
- **Nilva Rufatto Sell** – Mestra em Desenvolvimento Regional (UTFPR). Assistente Social da Defensoria Pública do Estado do Paraná; Email: nil.rufatto@hotmail.com